

**Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA**

**LAILA NATALINI DE CARVALHO**

**INCENTIVOS ÀS EXPORTAÇÕES: ANÁLISE DO PROGRAMA  
REINTEGRA (2014-2018)**

**FRANCA**

**2019**

**LAILA NATALINI DE CARVALHO**

**INCENTIVOS ÀS EXPORTAÇÕES: ANÁLISE DO PROGRAMA  
REINTEGRA (2014-2018)**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF  
*Centro Universitário Municipal de Franca*  
para obtenção do título de bacharel em  
Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Ms. Márcio Benevides  
Lessa

**FRANCA**

**2019**

**LAILA NATALINI DE CARVALHO**

**INCENTIVOS ÀS EXPORTAÇÕES: ANÁLISE DO PROGRAMA  
REINTEGRA (2014-2018)**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF  
*Centro Universitário Municipal de Franca*  
para obtenção do título de bacharel em  
Ciências Econômicas

Franca, 01 de novembro de 2019

Orientador: \_\_\_\_\_

Nome: Prof. Me. Márcio Benevides Lessa

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

Examinador(a): \_\_\_\_\_

Nome: Prof. Me. Carlos Bruno Bettarello

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

Examinador(a): \_\_\_\_\_

Nome: Prof. Dra. Ana Tereza Jacinto Teixeira

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

Dedico este trabalho aos meus pais, amigos, professores e familiares pela dedicação, apoio, compreensão e, sobretudo pela fé depositada em mim durante todos esses anos de vida acadêmica.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço:

- a Deus;
- aos meus pais Ana Maria Natalini de Carvalho e Celso de Carvalho, que sempre me incentivaram a seguir em busca dos meus próprios sonhos e desejos;
- a minha sobrinha, Lavinia de Carvalho Ferreira, que mesmo tão pequena me ensina o valor das coisas mais simples;
- aos meus parentes e familiares;
- ao meu orientador, o Prof. Me. Márcio Benevides Lessa, por acreditar e apoiar durante todo o desenvolvimento deste projeto; e
- a todos meus amigos, em especial Gabrielly Cristina da Silva Barbosa, Karoline Yara de Almeida e Rafaela Alves Dana, que estavam presente durante todo o curso.

*“O período de maior ganho em  
conhecimento e experiência é o período  
mais difícil da vida de alguém.”*  
Dalai Lama

## RESUMO

O presente trabalho apresenta a sistemática do REINTEGRA (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Brasileiras), que possui como objetivo final o estímulo das exportações, através do ressarcimento dos custos tributários das empresas exportadoras. Sendo o processo de exportação o modo mais usual de internacionalização, as empresas estão cada vez mais acatando e expandindo suas relações no comércio exterior. Para obter os dados necessários para o estudo foi utilizada uma metodologia quantitativa, através de dados disponibilizados pela Receita Federal.

**Palavras-chave:** Comércio internacional. Exportação. REINTEGRA.

## **ABSTRACT**

This paper presents the system of REINTEGRA (Special Regime of Reintegration of Tax Values for Brazilian Companies), which has as its final objective the stimulation of exports, through the compensation of the tax costs of exporting companies. With the export process being the most usual mode of internationalization, companies are increasingly accepting and expanding their relations in foreign trade. To obtain the necessary data for the study a quantitative methodology was used, through data provided by the IRS.

**Keywords:** International trade. Export. REINTEGRA

## RESUMEN

Este documento presenta el sistema de REINTEGRA (Régimen especial de reintegración de los valores fiscales para las empresas brasileñas), que tiene como objetivo final el estímulo de las exportaciones mediante el reembolso de los costos fiscales de las empresas exportadoras. Dado que el proceso de exportación es el modo más habitual de internacionalización, las empresas aceptan y amplían cada vez más sus relaciones en el comercio exterior. Para obtener los datos necesarios para el estudio, se utilizó una metodología cuantitativa, a través de los datos proporcionados por el IRS.

**Palabras clave:** comercio internacional. Exportación RESET

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico das Exportações e Importações brasileiras (1990-1999) - (Em US\$ bilhões) .....	21
Figura 2 - Gráfico das Importações brasileiras (2000-2015) - (Em US\$ bilhões)...	24
Figura 3 - Gráfico das Exportações brasileiras (2000-2015) - (Em US\$ bilhões) ..	27
Figura 4 – Principais obstáculos identificados por micro e pequenas empresas em mercados estrangeiros .....	32
Figura 5 - Gráfico sobre as evoluções nas quantidades de pedidos do Reintegra (2015 – 2018) .....	42
Figura 6 - Gráfico sobre os créditos pendentes do REINTEGRA (Situação em 31/12/2018).....	43
Figura 7 - Gráfico sobre as evoluções dos valores dos créditos de ressarcimento do REINTEGRA (Dados acumulados até 31/12/2018) .....	44

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ranking de acordo com os maiores exportadores em 2018 .....	26
Quadro 2 - Quantidade de trabalho gasto na produção em homens-ano .....	29
Quadro 3 – Proporções sobre os créditos que regulamenta o REINTEGRA .....	42
Quadro 4 – Análise das exportações brasileiras (2014-2018).....	45

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Evolução da carga tributária no Brasil (1993-2014).....	38
--	----

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
1. HISTÓRICO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS EXTERNAS .....	15
1.1 ANTIGUIDADE .....	15
1.2. MERCANTILISMO .....	17
1.3 NO PASSADO RECENTE .....	19
2. EXPORTAÇÃO X IMPORTAÇÃO .....	23
2.1 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS.....	23
2.2 RELAÇÕES DE TROCA.....	28
2.3 BARREIRAS E MECANISMOS DE PROTEÇÃO .....	29
2.3.1 Barreiras tarifárias.....	30
2.3.2 Barreiras não tarifárias.....	31
3. FORMAS DE INCENTIVOS ÀS EXPORTAÇÕES .....	33
3.1 POLÍTICA COMERCIAL E CAMBIAL BRASILEIRA .....	33
3.2 POLÍTICA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA .....	37
3.3 POLÍTICA DE RENDA.....	39
4. O REINTEGRA.....	40
CONCLUSÃO.....	46
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	48
REFERENCIAL ELETRÔNICO .....	49

## INTRODUÇÃO

As intensas relações comerciais na atual conjuntura mundial fez com que todas as empresas, independentemente de sua área de atuação, tamanho ou localidade, entrassem em um ambiente de competitividade em âmbito internacional.

Um fator determinante para o crescimento econômico de um país é a entrada no comércio internacional, sendo através do mesmo, principalmente com as exportações que será alcançado números significativos na balança comercial, visando conseqüentemente uma melhor qualidade de vida para sua população.

Quando a empresa acata o processo de exportação, é necessário ter conhecimento de todos os procedimentos envolvidos na operação, pois durante o desenvolvimento da atividade são envolvidas questões políticas, infra-estrutura, além de particularidades relacionadas a cada produto. A entrada nesse competitivo comércio internacional, portanto, deve ser analisada para que a empresa possa ajustar seus produtos de acordo com a demanda externa, adequando seu processo produtivo e sua cadeia de distribuição.

O presente trabalho demonstra o histórico das relações comerciais externas, com o fundamento da importância do comércio internacional para uma nação em seu primeiro capítulo. Posteriormente, foi analisado conceitos e características das duas vias do comércio internacional: exportação e importação. No terceiro capítulo, foram analisadas as formas de incentivos fiscais e tributários para a exportação de produtos no Brasil, tornando o produto mais competitivo no mercado externo.

Possui como propósito uma análise do REINTEGRA (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Brasileiras) criado em 2011 durante uma série de medidas necessárias para o incentivo a exportação brasileira, com o objetivo de ressarcir os custos tributários das empresas exportadoras.

# 1. HISTÓRICO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS EXTERNAS

Em toda a realidade humana existe um tempo com três dimensões: o passado, o presente e o futuro. O passado é a dimensão mais compacta, pois permite que seja possível compreendermos, com a máxima precisão, como viveram nossos antepassados, respondendo questões importantes do nosso presente. Neste capítulo, iremos abordar as relações comerciais externas desde a antiguidade até o passado recente.

## 1.1 ANTIGUIDADE

Na Antiguidade, foram obtidos poucos indícios da existência de um alto fluxo do comércio internacional, segundo Magalhães (1987). A sedenterização humana proporcionou o desenvolvimento da agricultura e, por sua vez, contribuiu para que ocorresse a domesticação dos animais. Além disto, os instrumentos de trabalho foram multiplicados e aperfeiçoados. Devido a estes fatores, as forças produtivas desenvolvem-se, e o que eram trocas, passam a ser consideradas mercadorias transacionadas em um comércio.

A civilização comercial liberta o homem do seu vínculo com a terra e sua dependência com a natureza, contribuindo com sua capacidade de entender e dominá-la. As primeiras cidades apareceram em grandes vales com terras férteis, inundados por grandes rios periodicamente. Segundo Magalhães (1987, p. 56) *"a necessidade de trocar os produtos de uma tribo pelos de outra surge da impossibilidade de cada uma obter, em seu território todos os bens de que necessita para sua sobrevivência."*

Conforme descreve Silva (1979), a primeira civilização em que o comércio é importante é a Egeia, cuja base é Creta. Eles exportavam vinhos, azeite de oliveira, frutas e artigos de cerâmica, mantendo relações com ilhas próximas, Grécia Continental e o Egito, através do comércio marítimo através do Mar Mediterrâneo. Por outro lado, importavam metais, mármore e marfim. Eram considerados intermediários comerciais, comprando e revendendo esses produtos

produzidos nas regiões que eles possuíam contatos. Mesmo assim, essa atividade comercial não era a mais importante na base econômica.

Desta forma, Silva (1979) afirma que a Civilização Grega é classificada como a primeira grande civilização comercial, com seu centro em Atenas, alcançando seu apogeu no século V a.C. Baseava-se na importação de matérias primas e exportação de artigos manufaturados, como vasos, cerâmicas, tecidos, armas, jóias. Já as importações eram de maior número, como os cereais da Criméia e do Cáucaso, couros e peles das costas setentrionais do Mar Negro, madeiras dos Balcãs, ferro da Espanha, cobre de Chipre e da Espanha, enxofre da Sicília e ouro, bronze, tapetes, armas e jóias da Ásia Menor. O autor ainda destaca que ao longo do século VII a.C., a produção própria de prata permitiu uma posição financeira invejável, auxiliando no seu desenvolvimento.

Uma das características das sociedades comerciais é a produção em grande escala visando o mercado que aquela região atende e não mais o consumo próprio ou local, fazendo com que fosse utilizado o trabalho escravo.

Maia (1995), explica que ao ato de comercializar deve-se uma grande contribuição: a criação do alfabeto. Devido a exigência com a comunicação para desenvolver a atividade, saber ler e escrever deixa de ser um privilégio daqueles que não participavam diretamente do processo produtivo e torna-se um instrumento de trabalho. A cunhagem das primeiras moedas e as primeiras instituições financeiras surgem também através das necessidades decorrentes do comércio.

No Egito, uma das mais antigas civilizações, o comércio era realizado entre os egípcios e com outros povos, devido ao seu favorecimento geográfico mantinha negócios com as ilhas gregas, Ásia e África. Mediante um número inexpressivo de importações e exportações entre esses povos, os produtos eram artigos de luxo como ouro, papiro, linho e trigo, como afirma Maia (1995).

As rotas comerciais, caminho para obtenção de bens que não podiam ser obtidos na economia local ou regional, eram originalmente terrestres, mas com o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, de acordo com Maia (1995), o homem começou a utilizar cada vez mais as rotas fluviais e marítimas, aprimorando a arte da navegação, técnica que devemos relacionar com o grande desenvolvimento científico e artístico que foi apresentado na época.

## 1.2. MERCANTILISMO

O Mercantilismo teve início no século XV, durante a Expansão Marítima e Comercial e perdurou até o século XVIII, passando por transformações e adaptações. O termo foi criado pelo economista e filósofo escocês Adam Smith em 1776. Pode ser definido como um conjunto de medidas econômicas que garantia às monarquias acumular uma grande quantidade de metais preciosos, tendo como base os lucros com as atividades mercantis e exploração das colônias, no contexto histórico e político do Absolutismo Monárquico, conforme descreve Bercovici (2010).

Seu interesse era enriquecer a nação e reforçar o poder real. É necessário destacar algumas das características mais importantes desse movimento como a forte intervenção do Estado na economia, metalismo ou *bulionismo*, balança comercial favorável, protecionismo, monopólio e exploração das colônias.

De acordo com o Maia (1995), o Estado era utilizado para proteger o mercado interno - defendiam a garantia de seus transportes marítimos e protegiam suas colônias através de seu exército e sua armada - e os monopólios comerciais, pois desta forma conseguia organizar, expandir o poder administrativo e melhorar a fiscalização. É válido ressaltar que as medidas protecionistas visavam sempre o benefício da burguesia. O declínio do mercantilismo está relacionado com o surgimento de ideias liberais, que questionam essa intervenção direta do Estado na economia.

O metalismo ou bulionismo é caracterizado, segundo Maia (1995), como a ideia de que as riquezas de uma nação ou país era medida através da quantidade de metais preciosos presentes em seu território. Essa ideia foi criticada quando estudiosos perceberam que não era apenas acumular metais preciosos, a riqueza dependia da manutenção de uma balança comercial favorável, ou seja, exportar mais do que importar. Para que isso acontecesse torna-se necessário a garantia de mercados externos crescentes e uma proteção interna da economia.

Esse protecionismo consistia no aumento de taxas alfandegárias que encareciam os produtos importados, fazendo com que houvesse um aumento no

consumo dos produtos nacionais e com medidas sobre as matérias-primas, causando obstáculos para suas exportações, evitando concorrências. O Estado concedia o direito de ter um comércio exclusivo aos burgueses em troca de pagamentos e cobrança de impostos, o que caracteriza o monopólio.

Mediante essas características, Maia (1995), caracteriza o mercantilismo com três objetivos: desenvolvimento da indústria, crescimento do comércio e expansão do seu poder naval que traria uma melhor comunicação marítima entre as metrópoles europeias e seus impérios coloniais.

A criação de grandes companhias comerciais, como por exemplo, Companhia das Índias Orientais e Companhia das Índias Ocidentais foram incentivos para o comércio. A relação mercantil entre metrópole e colônia era designada através do pacto colonial, em que a metrópole adquiria da colônia produtos tropicais e exportava produtos manufaturados, tendo uma balança comercial favorável, conforme descreve Maia (1995).

Com o Estado sempre intervindo, a meta para o desenvolvimento da indústria era a obtenção da autossuficiência econômica e produzir excedentes que seriam destinados à exportação, o governo concedia então monopólio de determinados ramos da produção ou criava as manufaturas do Estado.

O Brasil era uma fonte de ouro para Portugal, que praticava o mercantilismo metalista ao explorar as jazidas de Minas Gerais, principalmente.

Esse movimento mercantilista predominou no período de 1550 a 1750, porém nesse mesmo período estava ocorrendo uma revolução cultural, religiosa, política, social e econômica que culminou com a vitória das doutrinas liberais. A partir desse período os comerciantes já eram fortes para dispensar a proteção do Estado, uma vez que o Mercantilismo prejudicava seus interesses pessoais, segundo Silva (1991).

Adam Smith, em defesa do comércio internacional, em sua obra "A Riqueza das Nações" explicou :

*Se um país estrangeiro pode oferecer-nos determinada mercadoria a preços menores do que o custo que teríamos ao produzi-la, é melhor que a compremos dele, pagando-o com parte da produção de setores de nossa indústria, nos quais temos alguma vantagem (SMITH, 1937, p. 424).*

Mediante a introdução do Liberalismo político e econômico, houve a Revolução Industrial na qual devem-se destacar dois elementos importantes que são a fábrica e a liderança industrial. Através da fábrica obtiveram-se uma revolução em termos econômicos, sociais e técnicos, que permitiu duas novas classes sociais distintas: empresários e assalariados. “*A liderança industrial foi representada pelos empresários inovadores que, obtendo capital, empregando novas técnicas e ampliando os mercados iniciaram o sistema atual de produção*” (SILVA, 1991, p. 31).

A Inglaterra foi berço da Revolução Industrial e dominou o comércio internacional deste século. Silva (1991, p. 32) destaca as Duas Grandes Guerras e a Grande Depressão dos anos trinta como sendo os principais fatores para a crescente do nacionalismo que era “*o desejo de desenvolvimento, os controles sobre o comércio em defesa dos mercados internos e das reservas de matérias-primas*”

Mesmo que muitas nações ainda continuem sendo classificadas como subdesenvolvidas, hoje todas desejam alcançar o progresso econômico e um grau de industrialização compatível com outras nações desenvolvidas. O nacionalismo fomentou esse desejo e a luta das colônias por sua independência.

### **1.3 NO PASSADO RECENTE**

Analisando as últimas três décadas das relações entre Brasil e Estados Unidos, Andrade (2017) evidencia que é necessário destacar fatores tão influentes quanto o comercial ou econômico, com destaque para o âmbito político, que podem tornar as relações mais amplas e complexas.

Uma característica das relações Brasil e Estados Unidos, que possui grande durabilidade até os dias atuais, é a dependência brasileira dos norte-americanos. Andrade (2017) destaca que embora estejamos tratando das duas maiores economias da América, é impossível comparar a magnitude e o peso econômico dos Estados Unidos, que tratam o Brasil apenas como uma relação, na melhor das hipóteses, secundária.

Durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979) que coincide com o governo de um forte crítico das políticas externas que assume um país em recessão e sofrendo com inflação, Hirst (2006) analisa que os Estados Unidos passaram a ter

cada vez mais influência no endividamento externo do Brasil, pois as relações foram ampliadas.

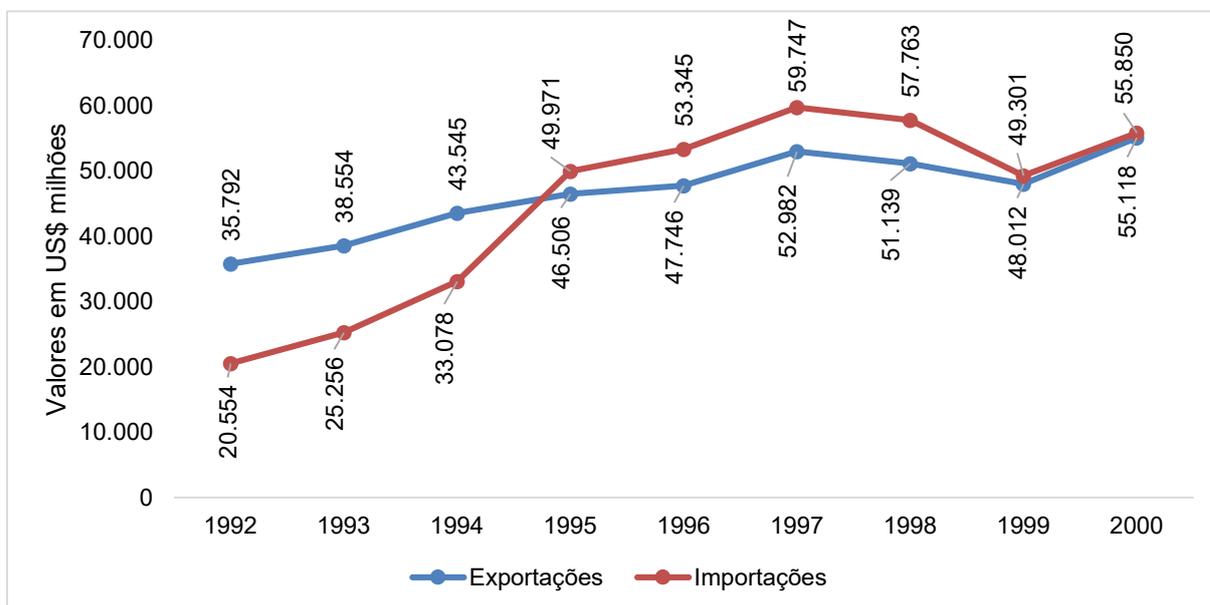
O Brasil retornou à aliança especial com os Estados Unidos, ou seja, com governo de Fernando Collor (1990-1992) as relações ainda eram centrais. Collor realizou o processo de abertura econômica e de privatização. O plano de abertura comercial previa a redução gradual das tarifas de importação, para forçar o aumento da competição. Com importados mais baratos, os produtores nacionais seriam forçados a reduzir seus preços e melhorar a qualidade dos produtos. Também foram implantados programas de estímulo à indústria e a revisão da estrutura tarifária, dando prosseguimento à abertura comercial. *“Esse sim foi o aspecto mais positivo do plano, aumentar a competitividade da indústria brasileira (...). Essa abertura da economia foi muito boa para os anos seguintes, hoje em dia ninguém contesta isso”*, de acordo com matéria publicada no G1 por Anay Cury e Gabriela Gasparin em entrevista com Heron do Carmo em 2012.

Segundo Andrade (2017), quanto as privatizações, Collor havia sido ambicioso. Desejava privatizar 68 estatais, porém apenas 18 foram realmente privatizadas.

Andrade (2017) afirma que, com os governos de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) esse cenário começou a ter alterações devido a percepção de que não haveria ocorrido nenhum benefício ao Brasil essa aliança. Gradualmente, o governo de FHC promoveu mudanças na política externa do país e ampliou parcerias com China, União Europeia, Japão, Índia, Rússia e África do Sul.

Entre 1991 e 1998, Andrade (2017) informa que os Estados Unidos foram a principal fonte de investimentos estrangeiros diretos (IED) no Brasil. A década de 90 é marcada pela inversão do saldo da balança comercial. Com o lançamento do Plano Real, baseado na ancoragem cambial, em 1994, o Brasil começou a registrar déficit na balança comercial, sendo os EUA responsável por 50% desse déficit devido as relações comerciais realizadas. Porém, os norte-americanos estavam com o superávit em relação ao Brasil, o que fez com que as exportações brasileiras tornassem cada vez mais importantes para seu mercado.

**Figura 1** - Gráfico das Exportações e Importações brasileiras (1990-1999) - (Em US\$ bilhões)



Fonte: WITS, 2016

Milani (2011) afirma que com a desaceleração da economia dos Estados Unidos, motivada pelo encerramento do processo de privatizações de empresas estatais brasileiras, concomitantemente com as consequências da crise de desvalorização do Real, em 1999, fez com que a situação fosse revertida. A década de 1990 foi marcada, de acordo com Hirst (2006), por um período em que essa relação comercial passou para um nível mais complexo, com muitos interesses e pressões diversificadas.

A globalização, segundo Ianni (1999, p.11) “*expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial*”, ocorreu no final da década dos anos 90, em que transformações foram capazes de tornar o mundo um cenário cada vez mais dinâmico e multipolar abrangendo aspectos políticos, econômicos e sociais de uma forma geral, apesar de ser classificada também como um fenômeno de contrastes e bilateralidades (Viana, 2013). Justifica a classificação, pois acredita-se que as mazelas sociais ficaram ainda mais nítidas, porém também fez com que o processo diminuísse o distanciamento que havia nos processos econômicos e flexibilizando as relações internacionais, através da facilidade de obtenção de informações e comunicação.

A eleição e o governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2011) foram baseados na palavra “mudança”. Mudança nas políticas sociais; nas políticas econômicas e agrária; no desenvolvimento do mercado interno, fortalecimento e melhora na infraestrutura nacional. “ *As negociações comerciais são hoje de importância vital*” (LULA da SILVA, 2003, Discurso no Congresso Nacional). Apontou a América do Sul como prioridade em relação aos seus parceiros comerciais, através do desenvolvimento do Mercosul. Essa integração é baseada na crença de que no mundo do século XXI a tendência seria a negociação comercial entre blocos econômicos, conforme destaca Cavalcante e Lima (2013).

Em oito anos de governo, Lula consolidou a relação do Brasil com a África, fazendo com que o comércio com o continente africano que era de US\$ 5 bilhões em 2002 para US\$ 26 bilhões em 2008. O valor das exportações em 2010 representou um aumento de 265,42% em relação a 2003 e as importações variaram 238,48% em análise da relação comercial entre Brasil e América do Sul, segundo Cavalcante e Lima (2013). Porém, ainda segundo os autores, a política externa teria como objetivo final promover o desenvolvimento econômico do Brasil e apresentava um caráter universalista. Pretendia fortalecer as relações com os países em desenvolvimento do Hemisfério Sul para buscar um equilíbrio em relação aos países do Norte, aumentando o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais.

Através das informações apresentadas, Vigevani e Cepaluni (2007) possuem a hipótese de que a política externa brasileira, que teve seu foco nesse período, na diversificação dos parceiros comerciais como forma de obter autonomia.

*Diversificação não significa apenas a busca de alternativas nas relações com outros Estados, mas também implica capacidade de intervenção em questões que não dizem respeito a interesses imediatos. Significa intervir em questões que se referem a bens públicos internacionalmente reconhecidos (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007, p. 8).*

Tendo em vista que a dependência que se possuía com o mercado estadunidense e europeu caiu de forma considerável durante o governo Lula.

## **2. EXPORTAÇÃO X IMPORTAÇÃO**

O foco deste capítulo é o fluxo do comércio internacional. Para seu desenvolvimento será necessário abordar as suas duas principais variáveis, seus conceitos e características. Apresenta-se a Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo (1817) e os mecanismos de proteção e barreiras na venda e troca de produtos.

### **2.1 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS**

Assunção (2007) classifica termo importação como sendo o ingresso, seguido de internalização, de mercadoria estrangeira no território aduaneiro. Essas compras internacionais podem ser realizadas por um país, podendo ser efetuadas pelas pessoas jurídicas ou pessoas físicas de direito público ou privado. As nações dependem das importações para suprir o mercado doméstico de produtos e insumos que não são produzidos na quantidade suficiente para atender a demanda interna ou que não existem no país. Através desse processo, o país adquire uma relevância no que diz respeito ao desenvolvimento social e econômico, pois conquista uma expansão do intercâmbio e da troca de conhecimento e tecnologias.

De acordo com Keedi (2012) ao importar quais sejam os produtos tem-se dois possíveis destinos: consumo próprio ou revenda. Se está tratando de um caso de uma empresa que importa produtos, como por exemplo matéria prima, se esta for destinada para consumo próprio, serão atribuídas ao uso exclusivo da empresa importadora. Mas se for o caso de revenda, o objetivo principal é o lucro. Ocorre de maneira direta, sendo realizada sem intermediários, ou seja, a compra é feita direto com o fabricante ou de maneira indireta sendo a compra realizada com terceiros.

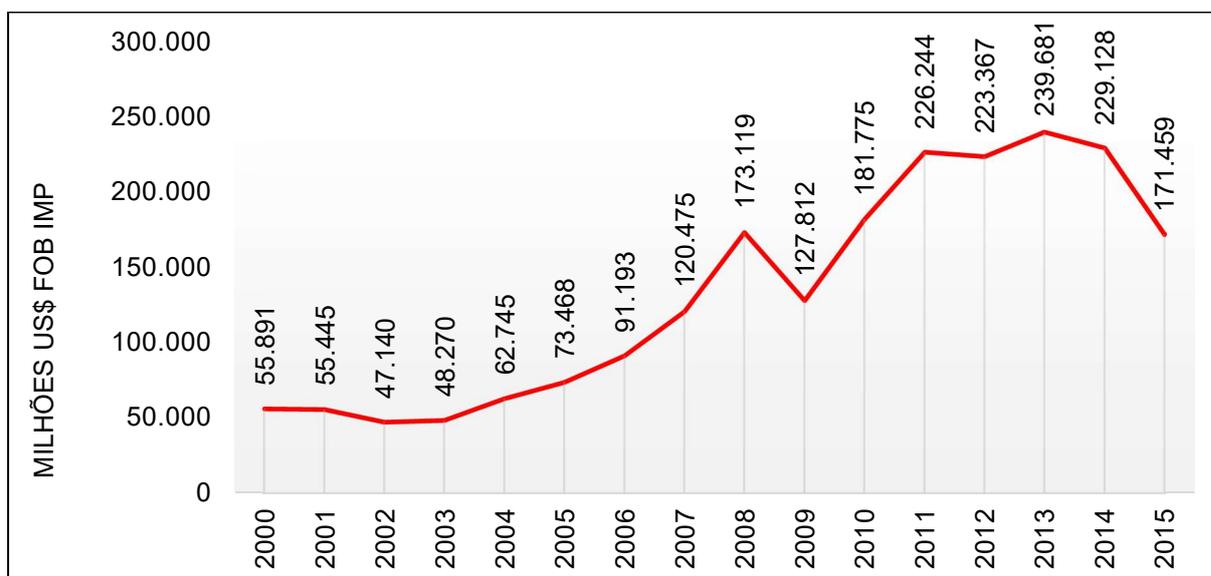
Ainda segundo Keedi (2012), o primeiro passo que conduzirá a implementar uma importação é a inscrição no Registro de Exportadores e Importadores da SCE (REI), que credencia o importador ou exportador a operar no Siscomex (Sistema Integrado de Comércio Exterior), responsável por registrar, acompanhar e controlar as operações.

Podem-se dividir o processo de importação em três fases, de acordo com Vasquez (2015): administrativa, cambial e fiscal. Os procedimentos preliminares estão na fase administrativa, são as exigências de órgãos governamentais para efetivação da operação, podendo ser considerada como o licenciamento das operações. Durante a fase fiscal é verificada a exatidão dos dados declarados pelo importador em relação ao que está sendo importado, aos documentos e a legislação específica. Somente durando a fase cambial ocorre a compra de moeda estrangeira destinada ao pagamento da operação por entidades autorizadas pelo Banco Central a operar com câmbio.

Segundo Vasquez (2015) essas entidades e as sociedades corretoras que atuam na intermediação de operações cambiais serão credenciadas a elaborar e transmitir para o sistema operações sujeitas a licenciamento não automáticos por conta e ordem de importadores por eles expressamente autorizados.

O Índice de Complexidade Econômico (ICE) classifica as principais importações do Brasil sendo óleos de petróleo, medicamentos, circuitos integrados e micro conjuntos eletrônicos e automóveis.

**Figura 2** - Gráfico das Importações brasileiras (2000-2015) - (Em US\$ bilhões)



**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do MDIC

Como antônimo de importação, tem-se a venda de produtos nacionais para outros países, recebendo a designação de exportação, processo que é de suma

importância em um mundo competitivo e globalizado, em que as entidades buscam as inovações para alcançar o mercado internacional.

O Ministério das Relações Exteriores, em conjunto com o Departamento de Produção Comercial e Investimentos e a Divisão de Inteligência Comercial publicaram em 2011 um Manual com o título de Exportação: Passo a Passo, onde destacam algumas vantagens que a atividade oferece às empresas, como por exemplo o aumento de produtividade, já que a ação é realizada com um aumento na escala de produção, muitas vezes alcançado pela utilização de sua capacidade ociosa ou aperfeiçoamento de seus processos produtivos.

Algumas outras vantagens que merecem destaques, de acordo com o Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR) do Ministério das Relações Exteriores (2011), são a diminuição da carga tributária, em razão de os produtos exportados não sofrerem incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) aplicado às operações de câmbio vinculadas à exportação de bens e serviços tem alíquota zero, dentre outros impostos que tampouco incidem sobre essas operações. O aumento da capacidade inovadora também é uma vantagem, de acordo com o manual, pois costumam utilizar novos processos na fabricação, adotando programas de qualidade.

Essa internacionalização da empresa é o caminho para que ocorra de forma natural a fixação de sua competitividade, pois deixarão de competir apenas com o mercado interno, já sofrendo concorrências das empresas estrangeiras dentro do próprio país, para tornarem-se competitivas em escala internacional. Merecem destaque também as melhorias de condições para obtenção de recursos financeiros, através do Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) e o Adiantamento sobre Cambiais de Exportação (ACE) que permitem que as empresas que praticam a exportação recebam suas receitas antes do início do processo produtivo.

O aperfeiçoamento de recursos humanos e processos industriais e comerciais são vistos como um aspecto positivo quanto a imagem da empresa, pois o DPR (2011) identifica que o caráter de "*empresa exportadora*" é de grande relevância já que a imagem da empresa está associada aos mercados externos, em geral mais exigentes.

O DPR (2011) classifica exportação em direta, quando a operação em que o produto é exportado é faturado pelo próprio produtor ao importador, e exportação indireta, quando é realizada por meio de empresas estabelecidas no Brasil que adquirem produtos para exportá-los.

Em resumo de acordo com o DPR (2011), a exportação assume um papel importante para a empresa por permitir com mais facilidade o seu futuro em um ambiente globalizado e cada vez mais competitivo, por exigir capacitação para enfrentar a concorrência. No Brasil, a atividade é também considerada estratégica, já que contribui para a geração de renda e emprego, entrada de divisas necessárias ao equilíbrio das contas externas e promoção do desenvolvimento econômico.

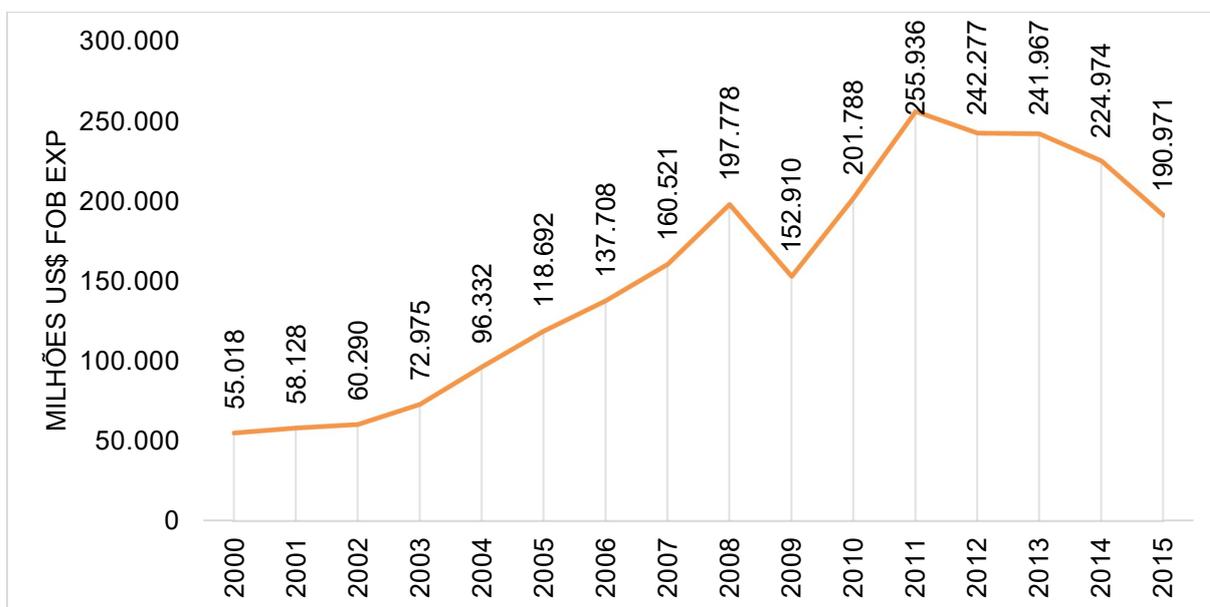
De acordo com dados do ICE, o Brasil é a 27ª maior economia de exportação do mundo, com seus principais produtos sendo a soja, minérios de ferro, óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura e automóveis. E seus principais destinos de exportação são a China, o Estados Unidos, Argentina, Holanda e a Alemanha.

**Quadro 1 – Ranking de acordo com os maiores exportadores em 2018**

1º	China	15º	Cingapura
2º	Estados Unidos	16º	Emirados Árabes
3º	Alemanha	17º	Espanha
4º	Japão	18º	Taipei
5º	Holanda	19º	Índia
6º	Coreia do Sul	20º	Suíça
7º	França	21º	Arábia Saudita
8º	Hong Kong	22º	Polônia
9º	Itália	23º	Austrália
10º	Reino Unido	24º	Tailândia
11º	Bélgica	25º	Malásia
12º	México	26º	Vietnã
13º	Canadá	27º	Brasil
14º	Rússia		

Fonte: OMC (2019)

**Figura 3** - Gráfico das Exportações brasileiras (2000-2015) - (Em US\$ bilhões)



**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do MDIC

Mediante a afirmação de que o comércio internacional é uma via de mão dupla, com a importação podem abrir portas e novos negócios para a exportação e outros benefícios, pois tem-se a visibilidade mundial, atraindo novos investidores e conseqüentemente melhorias para o país. Portanto, tem seu objetivo na liberação de fluxos comerciais de bens e serviços, conseqüentemente gerando zonas integradas de comércio, que podem apresentar características e formatos como área de preferência tarifária, que resulta do acordo entre os países visando à redução de tarifas alfandegárias; área de livre comércio – território em que as barreiras referente ao comércio de bens são eliminadas; união aduaneira; mercado comum e união econômica, segundo DPR (2011).

Os principais blocos econômicos são Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), Comunidade Andina, Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), União Europeia (UE), Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

O comércio internacional pode ser classificado com bilateral, situação em que a negociação envolve apenas dois países. Porém, atualmente, predomina o comércio multilateral. Silva (1997) usa como exemplo os dólares americanos, receitas da exportação de café aos Estados Unidos, que são recebidos pelo Brasil poderem ser utilizados para comprar em um terceiro país, que por sua vez aceitará os dólares americanos porque são cientes que tal moeda será aceita por outras nações. Segundo o autor, o grande mérito do comércio multilateral é o poder de escolha para adquirir suas importações onde houver a melhor oferta de qualidade e também de preço, e exportar para quem ofereça as melhores condições. Destaca que essa possibilidade faz com que ocorra a utilização mais eficiente dos recursos produtivos em todo mundo.

## **2.2 RELAÇÕES DE TROCA**

David Ricardo (1772-1823) é considerado um dos economistas clássicos mais influentes, exercendo grande importância para o desenvolvimento da ciência econômica. Foi um eterno defensor do livre comércio internacional e a favor da importação. Ocorreram algumas divergências de suas teorias com a de economistas mais conservadores, que preocupavam-se em ter o sustento dos trabalhadores britânicos sob o poder de países estrangeiros, potenciais inimigos. Sua obra “Princípios da Economia Política e da Tributação” (1827) o consagrou como grande nome da economia política clássica, juntamente com Adam Smith.

Apesar de ter influenciado várias publicações sobre a economia internacional depois de seu livro *A Riqueza das Nações* (1776), Smith baseou-se na teoria das vantagens absolutas, que possuía, além do fundamento principal do autor que defendia o livre comércio, a ideia de que cada país deveria se especializar na produção de bens em que fosse mais eficiente. Porém, essa teoria ficou claramente insuficiente, não suprimindo as necessidades da ascendente burguesia industrial inglesa, de acordo com Contijo (2007).

O autor destaca que o grande mérito de Ricardo foi apresentar uma teoria baseada no princípio das vantagens comparativas que ao que indicava solucionava os problemas abordados pelo estudo de Smith, já que fazia uso de um mecanismo automático de ajustamento da balança de pagamentos e demonstrava

que todos os países ganhariam com o livre comércio, independente da estrutura de custos da sua economia.

A Teoria das Vantagens Comparativas diz que, resumidamente, cada país deveria se especializar na produção de bens em que seja relativamente mais eficiente, levando em consideração o menor custo de oportunidade.

### **Quadro 2** - Quantidade de trabalho gasto na produção em homens-ano

Discriminação	Portugal	Inglaterra
Vinho (tonel)	80	120
Tecidos (peça)	90	100
Preço vinho/tecido	$80/90 = 0,888\dots$	$120/100 = 1,20$
Preço tecido/vinho	$90/80 = 1,125$	$100/120 = 0,833\dots$

**Fonte:** Contijo, 2007, p. 2

Pode-se perceber que Portugal possuía a vantagem absoluta na produção de vinho e também na de tecidos, pois produz os dois em menor custo. Porém, Portugal tem vantagem relativa na produção de vinho, ou seja, produz vinho a custo comparativamente menor que tecidos. Sendo assim, a Inglaterra pode obter mais vinho importando de Portugal e este mais tecido da Inglaterra do que se dedicar à sua produção.

Conforme conclui Ricardo:

*Embora Portugal pudesse fabricar tecidos com o trabalho de 90 homens, deveria assim importá-los de um país onde fosse necessário o emprego de 100 homens, porque lhe seria mais vantajoso aplicar seu capital na produção de vinho, pelo qual poderia obter mais tecido na Inglaterra do que se desviasse parte de seu capital do cultivo de uva para a manufatura daquele produto. (RICARDO, 1817, p. 104-105).*

Através da teoria apresentada é possível perceber a vantagem que um país possui ao participar do comércio internacional, atingindo níveis de consumo superiores, pois se dedicaram na produção de produtos que apresentam as vantagens comparativas.

## **2.3 BARREIRAS E MECANISMOS DE PROTEÇÃO**

As várias décadas de relações internacionais trazem como fator resultante regras que disciplinam a maioria das barreiras comerciais existentes. Segundo a CNI (2017), após a Segunda Guerra Mundial foram criadas instituições para garantir a cooperação internacional. Na área do comércio podemos citar o GATT (Acordo Geral Sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio) de 1947, por meio do qual os países assumiram o compromisso de reduzir as tarifas aplicadas sobre a importação de mercadorias.

De acordo com o Manual sobre Barreiras Comerciais e aos Investimentos, criado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 2017, na época em que o GATT foi criado o principal obstáculo que o comércio internacional possuía eram as tarifas que em geral eram caracterizadas por serem elevadas. Paralelamente, começaram a ser discutidas diversas barreiras não tarifárias, já que países começaram a recorrer com uma frequência cada vez maior a fim de proteger os setores de sua economia contra o capital estrangeiro.

As barreiras comerciais são classificadas em tarifárias; não tarifárias; e aduaneiras, além de mecanismo de proteção ao comércio internacional.

### **2.3.1 Barreiras tarifárias**

A CNI (2017) classifica como barreiras tarifárias aquelas que restringem o comércio por meio de impostos ou tarifas, que são aplicados na importação ou exportação da mercadoria.

São muitos os tributos e encargos que podem incidir sobre as mercadorias que as empresas brasileiras destinam em exportações para outros países, mas um dos principais é o imposto de importação. De acordo com o CNI (2017) ele é aplicado na forma de um percentual incidente sobre o valor dos produtos importados, chamado de tarifa ad valorem, ou como um valor por quantidade do produto importado (tarifa específica). A importância dos acordos comerciais ou de compromissos assumidos na OMC pelo país importador é que as tarifas incidentes sobre a importação de mercadorias são limitadas, seguindo o que foi consolidado funcionando como um teto.

O imposto aplicado na saída do produto do país de origem é o imposto de exportação (IE). Segundo a CNI (2017), em geral, esse imposto não é limitado por compromissos consolidados na OMC. Porém, a sua aplicação de forma discriminatória é vedada, isto é, não podem ser praticadas alíquotas distintas dependendo do país de destino das exportações.

Além dos impostos, temos as quotas tarifárias de importação e exportação que, de acordo com a CNI (2017), preveem a aplicação de tarifas preferenciais a determinada quantidade de mercadorias exportadas. Essas tarifas só são admitidas em circunstâncias excepcionais, por exemplo em casos de restrições para evitar o desabastecimento de alimentos ou de outros produtos essenciais no mercado interno.

### **2.3.2 Barreiras não tarifárias**

As barreiras não tarifárias são classificadas como sendo qualquer restrição ao comércio que não se enquadram nas barreiras tarifárias. É objeto constante nas negociações com a OMC e em acordos comerciais, pois sua existência é difícil de ser detectada.

Destacam-se algumas barreiras, conforme publicado pela CNI (2017) como as restrições quantitativas, responsáveis por limitar o volume a ser comercializado, mas só são aceitas em casos específicos como por exemplo para conter surtos de importações, medidas emergenciais para equilibrar a balança de pagamentos ou para proteção da saúde humana e do meio ambiente.

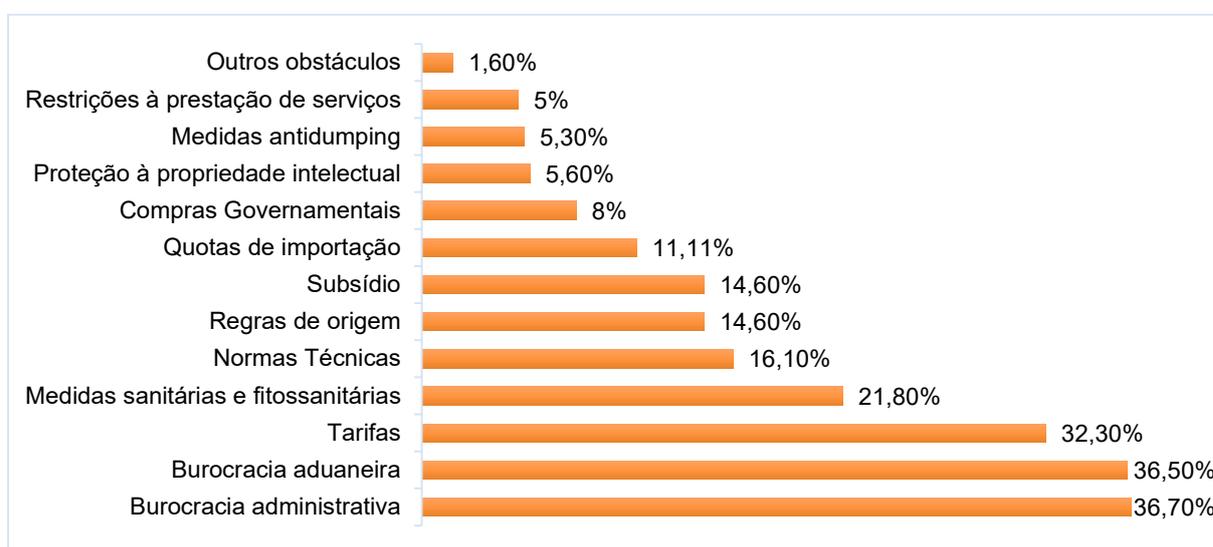
De acordo com a CNI (2017), os regulamentos técnicos, encarregados de estabelecer características a serem cumpridas obrigatoriamente por produtos ou por seu respectivo processo de produção. Normalmente são estabelecidos por autoridades governamentais nas áreas de saúde, segurança, meio ambiente e proteção ao consumidor.

Classificam-se também como barreiras não tarifárias os subsídios, auxílios financeiros concedidos pelo governo as empresas muitas vezes para estimular a competitividade de seus beneficiários. A CNI (2017) considera que os subsídios nos mercados internos dificultam a entrada de importação de produtos estrangeiros, pois

normalmente os produtos subsidiados ficam com um menor preço. No mercado internacional, esses bens podem gerar um excesso de oferta. Seguindo a regra do mercado, quanto maior a oferta menores são os preços, portanto a viabilidade das exportações ficam em risco.

Além das barreiras mencionadas as compras governamentais, regras de origem, propriedade intelectual e regulamento sanitário e fitossanitário são relacionados como barreiras não tarifárias, de acordo com a CNI (2017).

**Figura 4** – Principais obstáculos identificados por micro e pequenas empresas em mercados estrangeiros



**Fonte:** Manual sobre barreiras comerciais e aos investimentos. Brasília: CNI e ApexBrasil, 2017 – Acesso em 14/09/2019 às 23:16h.

Existem alguns impedimentos que não se enquadram em tarifárias ou não tarifárias, sendo classificadas segundo a CNI (2017) como outras barreiras. É o caso da tributação interna, que refere-se ao produto que é importado em relação ao produto similar produzido no mercado interno. A tributação sobre eles deve ser realizada de forma similar, ou seja, não poderá ocorrer discriminação sobre o produto importado. O controle de preços, caracterizado pela fixação de preços ou incluir preços mínimos de importação também é uma barreira comercial juntamente com os procedimentos aduaneiros que atrasam a entrada de um bem no país e envolvem vários custos.

Aos longos dos anos podemos perceber o quão a questão cultural também é importante para o desenrolar da negociação do comércio internacional. Uma das primeiras barreiras enfrentadas nessa área foi a comunicação, sendo que cada país possui sua língua, tornando necessária o conhecimento de um idioma comum. Assim, cabe ao setor privado e ao governo brasileiro atuar para diminuir os impactos destas barreiras, visando o pleno fluxo da economia internacional.

Portanto, no terceiro capítulo será abordado quais as formas que o governo pode utilizar para realizar os incentivos às exportações.

### **3. FORMAS DE INCENTIVOS ÀS EXPORTAÇÕES**

Para equilibrar o déficit da balança de pagamentos, os incentivos às exportações deveria ser pauta frequente da agenda de estratégia governamental. Neste capítulo será analisado a importância das políticas para se alcançar o nível desejado de exportações, em especial a política cambial, tributária e política de renda.

#### **3.1 POLÍTICA COMERCIAL E CAMBIAL BRASILEIRA**

Silva (1987) considerando a evolução política do Brasil, divide nossa política cambial em três períodos, sendo o primeiro Brasil-Colônia. Nesse período nosso comércio exterior era constituído pelo monopólio de Portugal desde seu descobrimento até 1808, quando a Família Real transferiu-se para o Brasil e os portos brasileiros foram abertos ao comércio direto com as nações amigas. Cobrava-se pela entrada de mercadorias estrangeiras no país um imposto representado por uma tarifa ad valorem de 24%. Porém essa tarifa sofreu alterações para valores menores para as mercadorias provenientes de Portugal e Inglaterra.

O segundo período, segundo Silva (1987), é Brasil-Império. Após a proclamação da Independência em 1822, nossa política tarifária continuou a mesma até 1844. Neste ano, as tarifas foram elevadas para 30%, visando os objetivos fiscais

e protecionistas. Visconde do Rio Branco em 1874, fixou uniformemente, em 40% os direitos de importação de todas as mercadorias.

Já o terceiro período é definido como Brasil-República, marcado pela crise de 1929, que provocou uma alta queda no preço do café, até então nosso principal produto de exportação o principal responsável pela geração de renda interna e pelo dinamismo da economia brasileira. Para que não houvesse uma desvalorização excessiva, o governo brasileiro comprou e queimou toneladas de café. De acordo com Silva (1987), nossa receita cambial caiu verticalmente, fazendo com que as autoridades estabelecessem um controle cambial que era associado ao emprego de tarifas, essa ação visava reequilibrar a balança de pagamentos. O Tesouro Nacional nomeou o Banco do Brasil como monopólio do mercado cambial, ou seja, a administração de compra e venda de moeda estrangeira era realizada pelo órgão. O autor destaca que as atitudes tomadas foram para proteger a indústria nacional e estabilizar a economia. Esse sistema prevaleceu até 1946, quando foi restabelecida a liberdade de câmbio e de comércio. Porém, nosso sistema tarifário não era adequado para selecionar as importações, nossas divisas esgotaram-se e em 1948 nosso Governo aplicou um rigoroso sistema de controle de câmbio e de comércio.

Quatro órgãos foram responsáveis por esses controles: Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC; Carteira de Exportação e Importação – CEXIM; Fiscalização Bancária – FIBBAN; e Carteira de Câmbio do Banco do Brasil. Silva (1987) relata que nos anos seguintes, embora a economia brasileira sofresse com um processo inflacionário constante, a taxa de câmbio permaneceu estável. O Governo brasileiro baseou o nosso desenvolvimento no modelo de industrialização substitutiva de importações.

A partir de 1964, ano em que foi instaurado o regime militar, foi adotada uma nova estratégia de desenvolvimento baseada na abertura para o comércio exterior, ou seja, na promoção das exportações através de incentivos, que permitiram um aumento sem precedentes em nossas exportações de manufaturados, Silva (1987). Neste período, as contas públicas fechavam no vermelho, sendo financiadas com emissão monetária, gerando uma inflação que alcançou a casa dos 100% no primeiro trimestre.

O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi criado, com objetivo de controlar a inflação e corrigir os déficits das contas públicas. Segundo Constantino (2019) essa política optava pelo liberalismo, opondo-se ao protecionismo tarifário e ao intervencionismo cambial.

Durante o período de 1968-1973 houve o que foi denominado como “*Milagre Econômico*”, em que o PIB brasileiro cresceu a uma taxa de cerca de 11,1% a.a., enquanto no período 1964-1967 o crescimento havia sido de 4,2% a.a, segundo Veloso, Vilela e Giambiagi (2008). Também foi caracterizado por taxas declinantes de inflação. Ainda segundo os autores existem algumas interpretações para o milagre, uma delas é a política econômica do período, com destaque para as políticas monetária e creditícia expansionistas e os incentivos às exportações, com a introdução do sistema de minidesvalorizações cambiais e a criação do Programa Biefex em 1972, permitindo às empresas com planos de exportação contar com uma série de facilidades de importação. É válido ressaltar que se contava com um ambiente externo favorável, termos de troca favoráveis, forte expansão do volume de comércio internacional, baixas taxas de juros e farta disponibilidade de crédito no mercado externo. Um outro fator que os autores utilizam para explicar o ocorrido foi uma reformulação no PAEG, que promoveu um forte ajuste fiscal e uma ampla reforma tributária.

Durante o governo de Castello Branco foram introduzidos diversos incentivos às exportações, destacados por Veloso, Vilela e Giambiagi (2008):

- a) Isenção do imposto sobre as exportações de produtos industrializados (Lei no. 4.502, de novembro de 1964);
- b) Isenção do imposto de renda sobre os lucros das exportações (Lei no. 4.663, de junho de 1965);
- c) Devolução dos impostos de importação incidentes sobre matérias-primas e componentes importados, que tenham sido utilizados em produtos exportados (Decreto Lei no. 37, de novembro de 1966);
- d) Isenção do ICM sobre as exportações de produtos manufaturados (Constituição de 1967).

Outro governo que merece destaque com sua política cambial é o de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), que tinha como convicção de que o Brasil precisava estar em uma posição melhor no cenário econômico mundial e isso seria possível através da oportunidade de inserir-se de uma forma competitiva na economia global. O Brasil estava em crise há mais de uma década, portanto seria necessário primeiramente reordenar a vida econômica do país.

Aprofundou a abertura comercial e financeira liberando para os capitais externos entrar e sair do país ao seu gosto, tratou os investimento direto externo nas mesmas condições que o capital nacional e privatizou empresas estatais como Embraer, Telebrás, Vale do Rio Doce e inúmeros bancos estaduais e municipais no intuito de dar maior eficiência e competitividade ao setor privado e melhorar a sua condição fiscal, segundo Rezende (2009).

De acordo com Rezende (2009), a política cambial de FHC durante seu primeiro governo estava voltada para o controle inflacionário e estabilização da moeda, através de uma âncora cambial. Utiliza da estratégia de taxa de câmbio fixa, ou seja, R\$1,00 era equivalente a US\$1,00.

Mas, as taxas de câmbio “baixas” estimulam as importações e desestimulam as exportações. Como resultado, tivemos aumento da dívida externa e “fuga” de dólares, já que os estrangeiros não deixariam seu capital investido no país, isso faz com que diminua nossas reservas internacionais. A única maneira para que combatessem essa fuga de dólares, era aumentando a taxa de juros. A questão é que com o aumento da taxa de juros, nossas dívidas internas e externas também aumentam. No cenário econômico mundial estavam ocorrendo crises externas e as elevações dos juros e privatizações não estavam funcionando. Em 1998, FHC faz um acordo com o FMI, que significou o empréstimo de US\$41,5 bilhões, segundo Nascimento (2019).

Com a crise cambial brasileira em 1999, surge a necessidade de gerir de um novo modelo as políticas econômicas. Então, cria-se o tripé econômico baseado em: taxa de Câmbio Flutuante, regras para o Controle das Contas do Governo (Superávit Primário), regime de Metas de Inflação. Com essas medidas, em 2000 é obtido um resultado imediato, o PIB responde (4,3%) e inflação sob controle. Porém, Nascimento (2019) acredita que 2001 foi o ano que derrubou o governo FHC.

Estava ocorrendo uma crise na Argentina, que era o 2º maior comprador brasileiro. Houve também uma grave crise energética, que teve como saldo o que ficou conhecido como apagão. O resultado do PIB do ano caiu para 1,3%.

### **3.2 POLÍTICA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA**

A Política Tributária tem como função direcionar a captação de recursos de origem tributária, cabe ao governo definir onde irá ser captado os recursos necessários para o custeio das despesas públicas, segundo Marton (2014).

De acordo com Lima e Resende (2019) o Brasil possui uma das maiores cargas tributárias do mundo, chegando a atingir cerca de 40% do PIB, fazendo com que o custo dos produtos e serviços elevem-se.

Lima e Resende (2019) definem impostos como sendo o custo de funcionamento que se paga para garantir uma sociedade civilizada, pois é através da arrecadação que os governos poderão praticar suas atividades de acordo com o que foi constituído. Portanto, os impostos podem causar ineficiência na alocação dos recursos. Os autores classificam como "ânsia de arrecadar cada vez mais" os mecanismos que o governo tem adotado recentemente com o cruzamento de dados através de meios eletrônicos para dificultar a evasão tributária e a tentativa de sonegação, tendo como fim diminuir a inadimplência.

O Sistema Tributário Brasileiro é bastante recente e surgiu com a Emenda Constitucional 18, de 1º de dezembro de 1965. Segundo Lima e Resende (2019) foi o primeiro movimento sério, que possuía como objetivo resolver os problemas da estrutura tributária, ordenando e organizando as diversas competências. Trouxe também significativas inovações com conceitos doutrinários novos e classificou o imposto, baseado nos conceitos econômicos.

**Tabela 1** – Evolução da carga tributária no Brasil (1993-2014)

<b>Ano</b>	<b>Arrecadação de tributos em R\$ bilhões</b>	<b>PIB</b>	<b>Carga Tributária em % do PIB</b>
1993 – FHC Ministro	-	-	25,72
1994	-	-	28,45
1995	192,329	705,6 bilhões	27,26
1996	225,651	857,9 bilhões	26,30
1997	252,813	955,5 bilhões	26,46
1998	271,856	1,006 trilhão	27,02
1999	309,074	1,092 trilhão	28,30
2000	358,414	1,202 trilhão	29,82
2001	407,668	1,316 trilhão	30,98
2002 – Governo FHC	479,850	1,491 trilhão	32,18
2003	540,564	1,720 trilhão	31,43
2004	634,539	1,959 trilhão	32,39
2005	730,456	2,172 trilhões	33,63
2006	805,333	2,410 trilhões	33,42
2007	918,274	2,718 trilhões	33,78
2008	1.047,152	3,108 trilhões	33,70
2009	1.078,747	3,328 trilhões	32,41
2010 – Governo Lula	1.264,122	3,887 trilhões	32,52
2011	1.462,660	4,375 trilhões	33,34
2012	1.573,755	4,713 trilhões	33,39
2013	1.740,419	5,158 trilhões	33,74
2014 – Governo Dilma	1.847,740	5,521 trilhões	33,47

**Fonte:** IBGE e Receita Federal

Através de análise dos dados apresentados na Figura 5, podemos perceber o aumento de aproximadamente R\$1.655,42 bilhões em duas décadas na arrecadação de tributos no Brasil.

Nesse sentido, Varsano esclarece:

*O nível da carga tributária não é, contudo, um conceito absoluto: uma mesma carga tributária, medida pela relação percentual entre a arrecadação e o PIB, pode ser baixa para uma sociedade e excessiva para outra, dependendo das respectivas capacidades contributivas e provisões públicas de bens. (VARSANO, 1998, p. 12)*

Para que um governo mantenha o sucesso nas suas funções de prestar serviços a sociedade torna-se necessária a cobrança de impostos. Lima e Resende (2019) através de dados fornecidos pelo IBGE concluíram que em 2005 o PIB per capita/mês no Brasil era de R\$866,00. O que impressiona é a quantia destinada aos tributos: R\$327,00. Os autores analisaram também, durante o mesmo período, essa relação nos Estados Unidos, sendo R\$8.348,00 o PIB per capita, sendo R\$2.504,00 correspondentes à carga tributária. A diferença exorbitante de valores pode nos levar a conclusão de que apesar de termos uma carga tributária mais elevada, essa pode ser insuficiente para atender todas as necessidades da sociedade.

### 3.3 POLÍTICA DE RENDA

A política de renda consiste na prática que o governo exerce estabelecendo controles diretos sobre a remuneração dos fatores diretos de produção envolvidos na economia, tais como salários, depreciações, lucros, dividendos e preços dos produtos intermediários e finais.

Vasconcelos (2009) define que:

Normalmente, esses controles, são utilizados como política de combate à inflação. Esses controles também são denominados de “política de rendas” no sentido de que influem diretamente sobre as rendas (salários, lucros, juros, aluguel). (VASCONCELOS, 2009, p.195).

Os objetivos dessa política são classificados como sendo: assegurar ganhos de poder aquisitivo aos salários, no caso de controle de outros preços; redistribuir a renda; garantir a renda mínima a determinados setores ou classes sociais; reduzir o nível das tensões inflacionárias, visando a estabilidade dos preços.

Segundo Rezende (2009), com o intuito de atender a interesses sociais, o governo tem a capacidade de interferir nas forças do mercado e impedir o seu livre funcionamento. O autor destaca que foi o que ocorreu quando o governo realizou um tabelamento de preços com o objetivo de controlar a inflação.

Tendo em vista que possuímos uma fixação nos salários mínimos, o governo também possui controle sobre o valor dos salários pagos em uma sociedade.

Portanto, se nossos representantes no Governo tiverem uma política para o aceleramento das nossas exportações, podem praticar a política de rendas a

partir do aumento do preço interno, fazendo com que o consumo diminua, ocasionando maior volume de exportações.

#### **4. O REINTEGRA**

Neste último capítulo, será analisado o REINTEGRA: Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Brasileiras, criado em 2011 durante uma série de medidas necessárias para o incentivo a exportação brasileira.

No ambiente de negócios globalizado de hoje, as empresas estão cada vez mais expandindo suas operações no exterior. Segundo Carneiro (2015), exportar é o modo mais usual de internacionalização, pois quando comparado à internacionalização por meio de investimentos diretos no exterior, esse processo apresenta um menor nível de risco e de comprometimento de recursos, e oferece maior flexibilidade nas ações gerenciais.

De acordo com o MDIC (2014) as atividades de exportação estão concentradas em um número relativamente pequeno de empresas, sendo necessárias medidas para alterar essa realidade brasileira.

Tendo como objetivo final o estímulo das exportações, o Governo Brasileiro instituiu o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras, então denominado Reintegra. Um programa incluso no Plano Brasil Maior, que possuía além de um caráter de comércio exterior, uma política industrial e tecnológica.

Foi instituído pela Medida Provisória – MP 540/2011 e posteriormente convertido na Lei 12.546/2011. Inicialmente com vigência de dezembro de 2011 até dezembro de 2013, porém em 2014 voltou a vigorar por meio da MP 651/2014 que foi convertida na Lei 13.043/2014, reestabelecendo novamente em outubro de 2014.

Sua finalidade, basicamente, era reintegrar parcial ou integralmente o valor referente ao custo tributário existente durante o processo produtivo de produtos manufaturados e alguns semimanufaturados. O valor devolvido pode ser em espécie ou até mesmo usado para compensar débitos próprios, vencidos ou vincendos de

tributos administrados pela Receita Federal. De acordo com o MDIC, o regime é a principal política de desoneração no âmbito do comércio exterior, trazendo vantagens econômicas efetivas, pois o benefício fiscal somente é concedido na medida em que as empresas apresentem resultados reais, ou seja, após serem efetivadas as vendas ao mercado externo.

As empresas exportadoras que solicitarem o benefício do programa necessitam que seus produtos enquadrem-se nas características abaixo:

- I) Ser produzido no Brasil – de acordo com os termos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) tanto para as operações de transformação, beneficiamento, montagem quanto para renovação ou condicionamento;
- II) É necessário estar incluso e codificado na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI);
- III) Os insumos importados não podem ter custo superior ao limite percentual do preço da exportação, de acordo com o Decreto nº 7.660 de 23 de dezembro de 2011.

É válido ressaltar sobre o tópico III, que os insumos dos países que fazem parte do Mercosul são considerados nacionais. O custo do insumo será o seu valor aduaneiro, juntamente com os valores pagos do Imposto de Importação e o Adicional sobre Frete para Renovação da Marinha Mercadante, se houver. Caso ocorra insumo importado de uma empresa, o custo será o mesmo que o custo final do fabricante importador.

O preço de exportação será o preço da mercadoria no local do embarque e a empresa só terá acesso ao crédito após o término e embarque das mercadorias do trimestre. A solicitação deverá ser realizada por meio do programa PERD/COMP.

Inicialmente seria aplicável às exportações realizadas de 1º de dezembro de 2011 até 31 de dezembro de 2012, mas posteriormente teve seu prazo estendido até 31 de dezembro de 2013. Os dados desse período não foram disponibilizados pela Receita Federal para esta análise, mas a alíquota no período era de 3%.

### Quadro 3 – Proporções sobre os créditos que regulamenta o REINTEGRA

Período	Proporção sobre os créditos
Até 02/2015	3% (três por cento)
01/03/2015 – 30/11/2015	1% (um por cento)
01/12/2015 – 31/12/2016	0,1% (um décimo por cento)
01/01/2017 – 31/12/2017	2% (dois por cento)
01/01/2018 – 31/12/2018	2% (dois por cento)

Fonte: SuporteCon (2016) – Acesso em 14/10/2019 às 19:24h

Era previsto a volta da alíquota para 3% no ano de 2018, mas o presidente Michel Temer assinou o decreto nº 9.148 de agosto de 2017, revogando o acréscimo da alíquota do Reintegra, permanecendo em 2%.

**Figura 5** - Gráfico sobre as evoluções nas quantidades de pedidos do Reintegra (2015 – 2018)



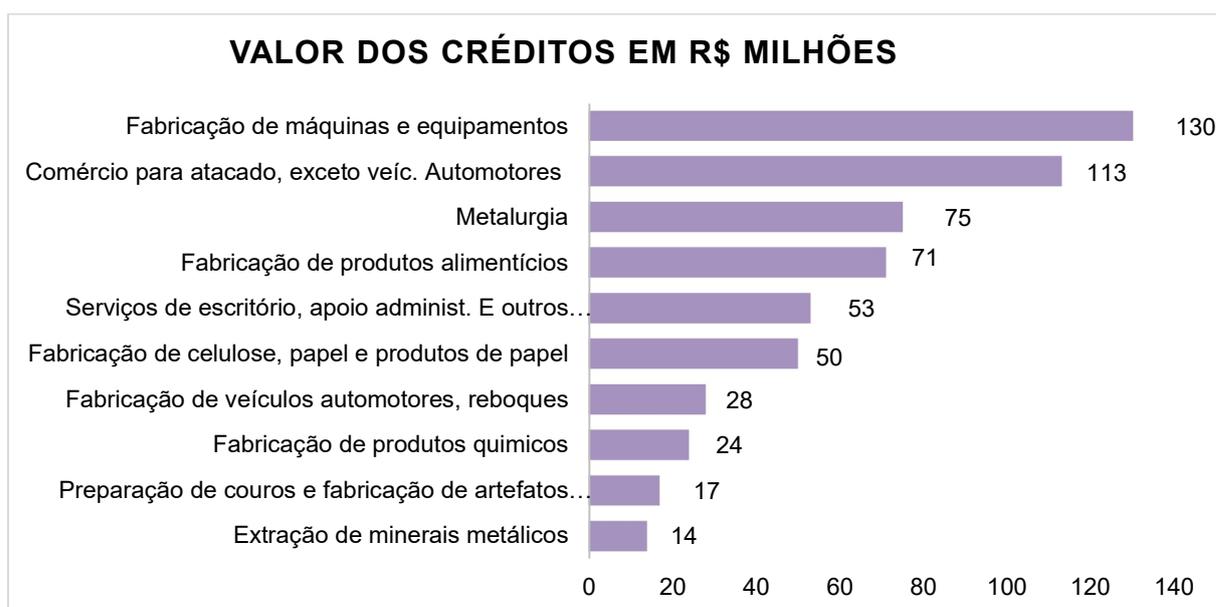
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Receita Federal

Segundo o Jornal do Comércio - em matéria publica em 19/06/2019 - em junho de 2018, houve uma alteração na porcentagem do Regime. Ocorreu um corte na alíquota de 2% para 0,1% para viabilizar a redução de R\$0,46 do preço do litro do

diesel e colocar fim à greve dos caminhoneiros. Porém, foi uma medida considerada inconstitucional sob a justificativa que haveria necessidade de se aguardar no mínimo 90 dias para a redução, por este motivo muitas empresas conseguiram reaver a alíquota integral do benefício. Para que o produto brasileiro ingresse no mercado exterior com um preço competitivo é necessária a ação do governo, que vem gradativamente desenvolvendo projetos voltados à exportação, visto que esse movimento favorece a balança comercial e o equilíbrio da economia.

De acordo com 6ª figura abaixo, em 31 de dezembro de 2018 os pedidos de ressarcimento que encontravam-se em análise dos principais setores acumulavam o montante de R\$585 milhões de reais.

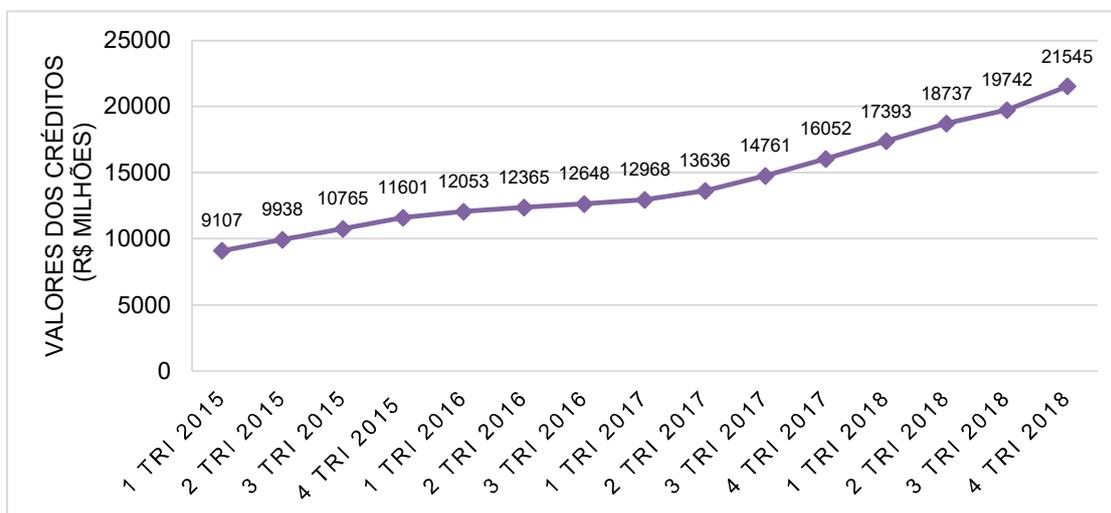
**Figura 6** - Gráfico sobre os créditos pendentes do REINTEGRA (Situação em 31/12/2018)



**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados da Receita Federal

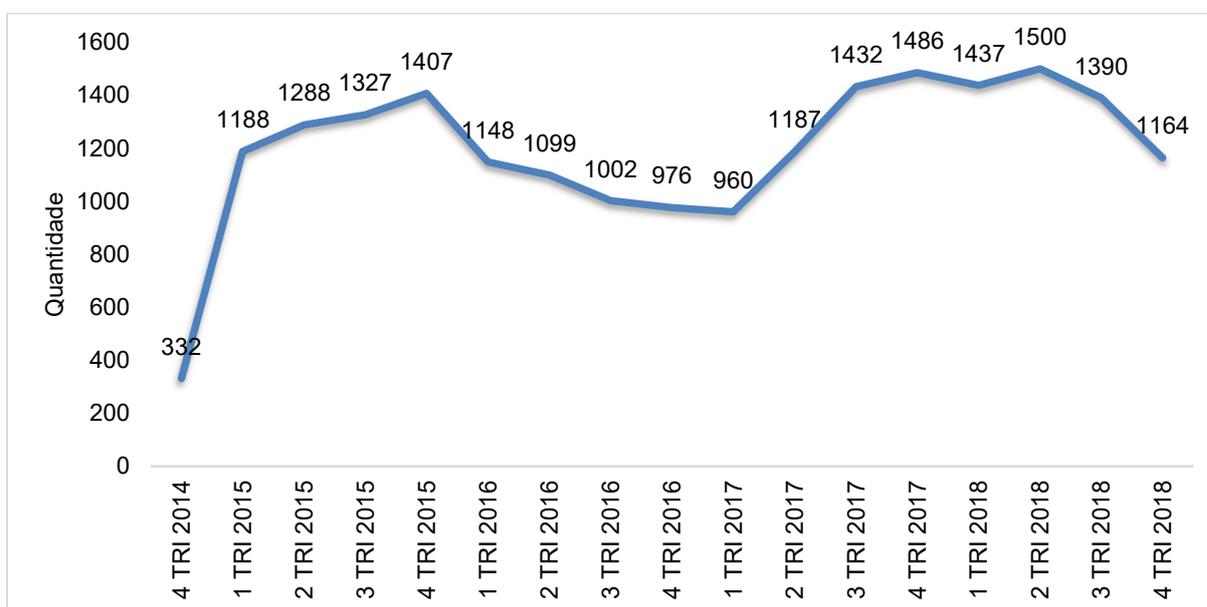
Em 04 de abril de 2019 o Superior Tribunal de Justiça informou que o regime foi estendido à venda de mercadorias para a Zona Franca de Manaus, já que as vendas para a área são equivalentes a exportações. Segundo alguns estudos da Becomex (2019), os créditos destinados as empresas que realizam esse processo podem chegar a R\$ 1 bilhão. Segundo a Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Regina Helena Costa, os dispositivos constitucionais e legais equiparam a Zona Franca de Manaus a área fora do Brasil, para todos os efeitos legais.

**Figura 7** - Gráfico sobre as evoluções dos valores dos créditos de ressarcimento do REINTEGRA (Dados acumulados até 31/12/2018)



**Fonte:** Elaboração própria através de dados da Receita Federal

**Figura 8** - Gráfico sobre o fluxo de quantidade de empresas em cada período (2014-2018)



**Fonte:** Elaboração própria através de dados da Receita Federal

Mesmo com inúmeras vantagens, o REINTEGRA ainda não é muito utilizado pelas exportadoras. Segundo o Grupo BLB (2017), somente metade dos R\$19 bilhões disponíveis em 2017 foram solicitados. Por outro lado, as empresas justificam que esperam acumular o valor do “resgate”, já que o saldo remanescente fica

disponível por 5 anos. É válido ressaltar que o valor não sofre correção monetária ou monetarização.

Existem alguns outros programas com a finalidade de incentivar o processo de exportação, como por exemplo o REPES (Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação), que foi elaborado para favorecer empresas que atuam exclusivamente desempenhem atividades de desenvolvimento de softwares ou prestação de serviços de tecnologia da informação. Nesse regime as empresas que adquirirem produtos de TI e serviços estarão isentas de PIS e COFINS.

O Regime Aduaneiro Especial de Drawback, instituído desde 1966, atua oferecendo a suspensão ou eliminação de tributos incidentes sobre insumos importador para utilização em produto exportado. É considerado também um mecanismo de incentivo às exportações, já que reduz os custos de produção de produtos exportáveis, tornando-o competitivos no mercado internacional.

#### **Quadro 4 – Análise das exportações brasileiras (2014-2018)**

<b>ANO</b>	<b>DIAS ÚTEIS</b>	<b>US\$ FOB EXP EM MILHÕES</b>	<b>Var.% US\$ FOB EXP</b>
2018	250	239.263	9,89%
2017	249	217.739	17,55%
2016	251	185.232	-3,01%
2015	250	190.971	-15,11%
2014	253	224.974	-7,02%

**Fonte:** MDIC (2019)

Sobre o processo de exportação Vazquez (2007) afirma que:

*[...] a exportação é a atividade que proporciona a abertura do país para o mundo. É uma forma de se confrontar com os demais parceiros e, principalmente, frequentar a melhor escola de administração, já que, lidando com diferentes países, o país exportador assimila técnicas e conceitos a que não teria acesso em seu mercado interno. (VAZQUES, 2007, p.177).*

A crise econômica nacional e as conseqüentes oscilações do mercado interno faz com que as exportações se tornem ainda mais importantes. A falta de conhecimento dos processos e os fatores externos tornam a exportação uma tarefa não tão fácil.

## CONCLUSÃO

A inserção no mercado internacional com a consolidação do processo de globalização econômica, faz com que os países diversifiquem sua economia, aprimorando-se tecnologicamente e garantindo maior competitividade no mercado interno.

Os governos podem adotar diferentes políticas no âmbito do comércio internacional, como taxar ou subsidiar transações, estipular limites legais no valor ou até mesmo no volume das importações, dentre muitas outras.

Durante o primeiro capítulo, foi avaliado o histórico das relações comerciais externas desde a antiguidade até um passado mais recente, sendo possível compreender a importância do comércio para o desenvolvimento econômico de uma sociedade.

Foi abordado no segundo capítulo os conceitos de importação e exportação, sendo essas duas variáveis o que Maia (2001) classifica como a via de dois lados do comércio internacional, pois nenhum país é auto-suficiente o bastante para produzir todos os bens e serviços de que sua população necessita. Algumas vezes, um país pode até produzir a mercadoria, mas não consegue de forma eficiente e vantajosa em relação aos outros países.

As exportações são fonte de contribuição na construção do PIB brasileiro, em média representam 11% do total da riqueza produzida no país nos últimos 10 anos segundo dados do MDIC (2014). Mas no volume mundial, a participação brasileira não chama atenção. Segundo dados do MDIC (2014) as exportações brasileiras nunca passaram de 1,4% do total das exportações mundiais. Através do terceiro capítulo são analisadas as formas de incentivos para às exportações, mediante política comercial, cambial e tributária, desde que para o equilíbrio do déficit da balança de pagamentos os incentivos às exportações são de extrema importância

É certo que a exportação de tributos em razão do nosso complexo sistema tributário reduz a competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional. Cientes dessas cumulatividades de tributos não recuperáveis pelo setor produtivo e no incremento do custo final dos produtos exportados, o Governo Federal

criou o REINTEGRA, com a finalidade de permitir a recuperação do resíduo tributário decorrente da cadeia de exportação e assim contornar as dificuldades enfrentadas pelas empresas exportadoras e impulsionar as exportações.

De acordo com as pesquisas realizadas, a percepção dos benefícios e os recursos existentes podem não ser suficientes para levar a empresa ao comércio internacional. Segundo Carneiro (2015) é necessário analisar as barreiras enfrentadas, resultantes das dificuldades reais percebidas pela empresa, como por exemplo falta de recursos financeiros ou até mesmo conhecimento insuficiente sobre mercado financeiro. Existem também as dificuldades oriundas do ambiente externo, como as diferenças entre práticas e ambientes de negócios entre os países.

É nítido que para alcançar um resultado expressivo com o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Brasileiras é necessário tempo. Em 2018 as exportações obtiveram o maior valor dos últimos 5 anos. Cresceram um percentual de 9,6%, alcançando US\$ 239,5 bilhões. Foi o segundo aumento consecutivo, após sucessivas quedas entre 2012 e 2016. O valor retoma os níveis de 2013, quando foram exportados US\$ 242 bilhões, segundo o MDIC (2019). Considerando todas as informações apresentadas, é possível perceber o quanto o incentivo fiscal para a exportação é importante para nosso núcleo econômico e para as empresas, a fim de reduzir os custos de produção.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ASSUNPÇÃO, Rossandra Mara. Exportação e Importação – Conceitos e Procedimentos Básicos. 1. ed. São Paulo: Ipbex, 2007.

CAVALCANTE, T; e LIMA, M. C. A política comercial do governo Lula (2003- 2010): uma análise comparativa das relações comerciais do Brasil com o Mercosul e com o resto do mundo. Século XXI, v. 4, n. 2, 2013.

CARNEIRO, J; BIANCHI, C; GOMES, R. Exportações Brasileiras: Benefícios e Obstáculos na Percepção das Empresas . v. 6. Rio de Janeiro: Anpad, 2015

KEEDI, Samir. Abc do Comércio Exterior: 2. ed. Santa Catarina: Aduaneiras (2012).

MAGALHÃES, Francisco de B. B. História Econômica: 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

MAIA, Jayme de Mariz. Economia Internacional e Comércio Exterior: 11. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

NASCIMENTO, Pedro Henrique. Análise de Cenários Econômicos (2019)

SILVA, Aristides. Economia Internacional: 1. ed. São Paulo: Atlas, 1979.

SMITH, Adam: As Riquezas da Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1937.

VARSANO, Ricardo: Uma Análise da carga tributária do Brasil: 1.ed. Rio de Janeiro: IPEA (1998).

VAZQUEZ, José Lopes. Comércio Exterior Brasileiro: 11. ed. São Paulo: Atlas (2015).

## REFERENCIAL ELETRÔNICO

CONTIJO, Claudio. As duas vias do princípio das vantagens comparativas de David Ricardo e o padrão-ouro: um ensaio crítico. Scielo, 2007. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572007000300006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572007000300006)  
Acesso em 20 de agosto de 2019.

DESONERAÇÃO das exportações. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), 2011. Disponível em <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/desoneracao-das-exportacoes>  
Acesso em 22 de setembro de 2019.

FLEURY, P; MEIRA, R; SCHIMDT, A. A decisão de exportar e a escolha de mercados de exportação: dos aspectos conceituais às práticas gerenciais nas empresas brasileiras produtoras de manufaturados. Scielo, 1981. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901981000300001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901981000300001).  
Acesso em 04 de abril de 2019.

LIMA, E. M; REZENDE, A. J. Um estudo sobre a evolução da carga tributária no Brasil: uma análise a partir da Curva de Laffer. Scielo, 2019. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-70122019000100239](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122019000100239)  
Acesso em 13 de setembro de 2019

MANUAL Exportação: Passo a Passo. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR), 2011. Disponível em <http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/manuais/PUBExportPassoPasso2012.pdf> Acesso em 22 de junho de 2019.

MANUAL sobre Barreiras Comerciais e aos Investimentos. Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), 2017. Disponível em <http://www.apexbrasil.com.br/uploads/clique%20aqui.pdf> Acesso em 28 de junho de 2019.

MARTON, Ronaldo L. José. Os tributos e a política tributária em uma sociedade democrática, 2014. Disponível em <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-tributario/os-tributos-e-a-politica-tributaria-em-uma-sociedade-democratica/> Acesso em 02 de agosto de 2019

REINTEGRA (Regime especial de reintegração de valores tributários para empresas exportadoras), Receita Federal (2018). Disponível em [http://receita.economia.gov.br/aceso-rapido/legislacao/legislacao-por-assunto/copy2\\_of\\_IRPJ-Incentivos-Fiscais](http://receita.economia.gov.br/aceso-rapido/legislacao/legislacao-por-assunto/copy2_of_IRPJ-Incentivos-Fiscais) Acesso em 04 de maio de 2019

REZENDE, Ricardo Pazzoti. Uma análise das políticas macroeconômicas do Governo FHC e Governo Lula, 2009. Disponível em <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia291727> Acesso em 15 de agosto de 2019.

VELOSO, F; VILLELA, A; GIAMBIAGI, F. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. Scielo, 2008. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402008000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402008000200006). Acesso em 15 de abril de 2019.

VIGEVANI, T; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. Scielo, 2007. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292007000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002). Acesso em 15 de junho de 2019.